Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A JUSTIÇA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O PAPEL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

INFORMATION LITERACY AND JUSTICE FOR PEOPLE WITH DISABILITIES: THE ROLE OF THE UNIVERSITY LIBRARY

Luciene Aparecida Costa[1]
Ana Paula Meneses Alves[2]

Resumo: Este artigo aborda a deficiência sob diferentes paradigmas, do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias desempenham um papel crucial, garantindo o acesso à informação para assegurar a inclusão e a Justiça para Pessoas com Deficiência, por meio da Competência em Informação. A partir da revisão bibliográfica da literatura, analisa a relação da Competência em Informação com a Justiça para Pessoas com Deficiência através da aproximação com o conceito de Justiça Social em Biblioteconomia e Ciência da Informação, que preconiza acesso equitativo à informação em prol de uma sociedade mais justa para todos. Os resultados indicam a importância do bibliotecário como mediador no processo de desenvolvimento da Competência em Informação dos estudantes com deficiência, de forma a prepará-los para utilizar a informação em seu favor, em consonância com os princípios da Justiça para Pessoas com Deficiência de modo a desmantelar barreiras rumo à construção de uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-Chave: Competência em Informação. Biblioteca Universitária. Pessoas com Deficiência.

Abstract: *This article addresses disability under different paradigms, from the biomedical model to the biopsychosocial model. In this context, university libraries play a crucial role in ensuring access to information to ensure inclusion and Justice for Persons with Disabilities, through Information Literacy. Based on a bibliographic review of the literature, it analyzes the*

[1] Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Biblioteconomia pela UFMG. Bibliotecária da Faculdade de Farmácia (UFMG). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI/UFMG). E-mail: lacostaufmg@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2214-8175.

[2] Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Marília. Mestra em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade de São Carlos, Graduada em Biblioteconomia pela UNESP. Pesquisadora e Professora do PPGCI/ECI/UFMG. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI/UFMG). E-mail: apmeneses@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1137-2139.

relationship between Information Literacy and Justice for Persons with Disabilities through the approach to the concept of Social Justice in Library Science and Information Science, which advocates equitable access to information in favor of a more just society for all. The results indicate the importance of the librarian as a mediator in the process of developing Information Literacy for students with disabilities, in order to prepare them to use information in their favor, in line with the principles of Justice for Persons with Disabilities in order to dismantle barriers towards the construction of a more inclusive society.

Keywords: *Information Literacy. University Library. People with Disabilities.*

1 INTRODUÇÃO

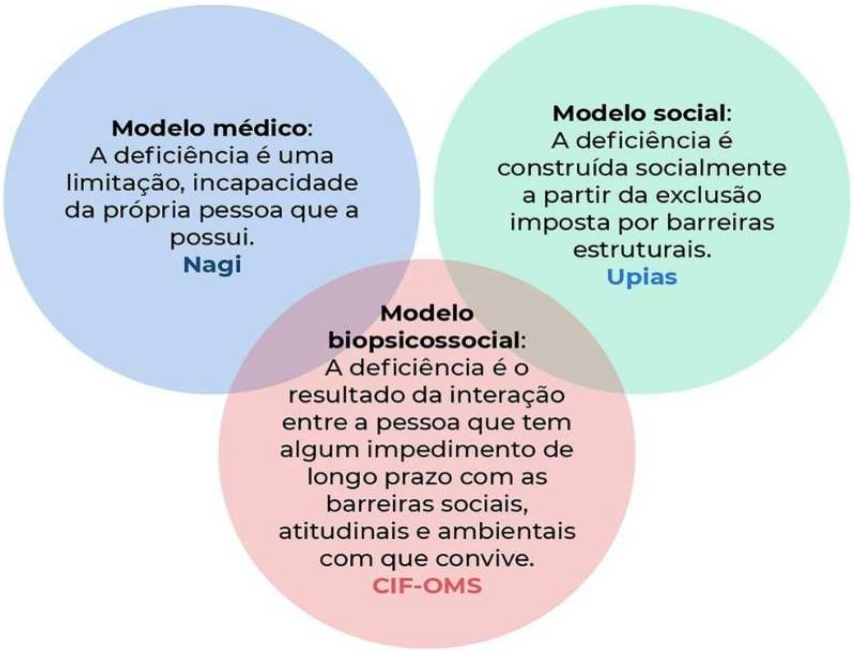
Ao longo da história, a deficiência foi percebida pela sociedade de diferentes formas. No início do século XX, os termos excepcionais e portadores de necessidades especiais eram usados para se referir às pessoas com deficiência (PcDs) que eram atendidas na área da saúde. Este atendimento refere-se ao modelo biomédico que interpreta a deficiência como consequência de uma doença ou acidente, com foco na limitação funcional. As políticas públicas integracionistas eram isoladas e restritas à saúde, assistência social e educação especial (Maior, 2017).

A partir da década de 1960, cresce o movimento de luta pelos direitos e reconhecimento das pessoas com deficiência, surgindo o modelo social, o qual afirmava que a deficiência era um produto das barreiras físicas, estruturais e atitudinais da sociedade (Dall'Agnoll, 2018).

Com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (2006), promulgada no Brasil em 2009, o conceito de deficiência passou a ser reconhecido pela ótica do modelo biopsicossocial, conforme descrito na Figura 1, que considera tanto as estruturas e funções do corpo quanto os fatores atitudinais e ambientais do meio em que a pessoa com deficiência vive. "Assim, é compreendida como o

resultado da interação entre pessoas com impedimentos nas funções e estruturas do corpo e fatores contextuais diversos, que interagem com esses impedimentos" (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2021, p. 5).

Figura 1 - Modelo biopsicossocial: integra os modelos médico e social



Fonte: Adaptada de Dall'Agnol (2018).

Dessa forma, a sociedade atravessou diferentes momentos: a fase da exclusão social em que as PcDs eram rejeitadas por causa de condições atípicas e não recebiam nenhuma atenção educacional; o atendimento segregado dentro de instituições de cunho religioso e filantrópico; passando, então, para a prática da integração social com classes especiais dentro das escolas nas quais as PcDs eram separadas dos demais alunos para não interferir no "_ensino adequado_". Atualmente, passamos por uma fase de inclusão social das PcDs, a qualquer espaço ou serviço, incluindo adaptação das instituições de ensino para atender as necessidades específicas de cada estudante. Importante destacar que essas

fases não ocorreram ao mesmo tempo para todos os segmentos populacionais, tanto que ainda hoje convivemos com a prática da exclusão e da segregação, bem como a prática da integração cedendo espaço, gradativamente, à inclusão (Sassaki, 2006).

Nesse cenário, o Ensino Superior Brasileiro enfrenta o desafio de ampliação do acesso e maior equidade para grupos historicamente excluídos e discriminados que tiveram o direito à educação violado em maior grau e almejam igualdade de oportunidades. A criação de políticas públicas inclusivas desde a Constituição Federal de 1988 (CF), propiciou um aumento expressivo do número de alunos com deficiência matriculados nas universidades, porém:

> [...] no âmbito das bibliotecas universitárias, pessoas com deficiência tendem a ser excluídas violando-se o seu direito de acesso à informação e conhecimento devido às barreiras como: ausência de formação e competências dos bibliotecários para atender necessidades específicas, cultura organizacional no que tange ao entendimento dos direitos constitucionais, do processo de inclusão e sua implantação, assim como problemas de comportamento antiéticos no atendimento a esse público (Silva; Spudeit, 2021, p. 2).

Como podemos tornar as bibliotecas acessíveis e acolhedoras para todos? Essa foi a questão central da Seção de Serviços de Biblioteca para Pessoas com Necessidades Especiais (LSN) no Congresso Mundial de Bibliotecas e Informação (WLIC) da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), sediado em Rotterdam, em agosto de 2023 (IFLA, 2023, p. 6).

Apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior, as bibliotecas universitárias são espaços públicos democráticos com a missão de assegurar o direito de acesso à informação para todos. Dessa forma, podem assumir um papel preponderante através do

desenvolvimento da Competência em Informação (CoInfo) de seus utilizadores, contribuindo para que o aluno explore de maneira inteligente um ambiente rico em informação durante sua trajetória acadêmica, no mercado de trabalho e no cotidiano, tornando-se um diferencial na vida da comunidade e na sua própria.

Neste sentido, questionamos: como a CoInfo pode contribuir com a Justiça para Pessoas com Deficiência, de modo que as bibliotecas universitárias se tornem acessíveis e inclusivas?

Este trabalho tem por objetivo analisar a relação da Competência em Informação com a Justiça para Pessoas com Deficiência, valendo-se do levantamento bibliográfico para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, a ser concluída em 2025, originando publicações em anais de evento e em periódico científico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de abordagem dedutiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico para o levantamento de material. A busca foi realizada nas bases de dados BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), Google Acadêmico, SciELO e no Portal da IFLA, por ser esta a principal organização internacional que representa os interesses das bibliotecas, dos serviços de informação e de seus usuários. O material foi selecionado conforme o objetivo proposto, sem delimitação temporal ou por tipo de documento, com a finalidade de analisar e propor pontos de convergência entre os conceitos de CoInfo, Justiça para Pessoas com Deficiência, Biblioteca Inclusiva e Acessibilidade.

Não se pretende esgotar as discussões sobre o tema, reconhecendo que existem outros trabalhos e abordagens relevantes para a reflexão proposta. O objetivo é fomentar uma reflexão teórica e contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no contexto das bibliotecas universitárias, com base nos principais pontos de debate sobre o assunto, apresentados nas próximas seções.

3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A Lei 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), em vigor desde 2015, define em seu artigo 2º a pessoa com deficiência como um indivíduo que tem "impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (Brasil, 2015, art. 2º, p. 2).

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram identificados 17,2 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência de dois anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,4% dos brasileiros dessa faixa etária. O maior percentual de PcDs era do Nordeste (9,9%). As PcDs apresentavam menor nível de instrução: cerca de 67,6% da população com deficiência não tinham instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto. Na população de 18 anos ou mais, somente 5,0% tinham nível superior completo e apenas 16,6% ensino médio completo ou superior incompleto. Em 2019, apenas 28,3% das PcDs, na faixa de 14 anos ou mais de idade, estavam na força de trabalho. O perfil das PcDs é mais feminino

(9,9%) do que masculino (6,9%), com incidência maior entre as pessoas pretas ou pardas (8,7%) do que entre as brancas (8,0%) (IBGE, 2022).

No intuito de assegurar às PcDs direito à igualdade de oportunidades várias intervenções foram realizadas ao longo do tempo. O artigo 5º da CF (Brasil, 1988) é considerado como ponto de partida ao reafirmar os direitos humanos universais e destacar o direito de todos terem acesso à informação. Em 2015, a LBI estabelece no seu artigo 4º que "toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas" e o Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, promulga o Tratado de Marraqueche para o acesso às obras publicadas para pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso.

Bolt (2023, p. 5, tradução nossa), bibliotecária presidente da LSN da IFLA, ressalta que:

> [...] as bibliotecas, enquanto instituições públicas, são obrigadas a implementar a acessibilidade e a inclusão. O acesso à informação e ao conhecimento capacitará e ajudará as pessoas com deficiência a viverem de forma independente e a participarem plena e equitativamente na sociedade, e também reforçará o papel das bibliotecas como atores críticos na promoção da inclusão e dos direitos humanos.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, foram mais de 79 mil estudantes com deficiência matriculados no ensino superior brasileiro. A cada ano que passa, as bibliotecas universitárias recebem mais estudantes com algum tipo de deficiência, exigindo-as o compromisso com a acessibilidade e inclusão (Brasil, 2022).

Neste contexto, importante compreender a diferenciação entre os termos acesso, acessibilidade e inclusão que têm sido utilizados por vezes,

equivocadamente, como sinônimos. Dessa forma, Freitas (2023, p. 14) explica que:

> Inclusão não é a conquista do direito de entrar, isso é acesso, é democratização, universalização de direitos. Tampouco é base tecnológica para usar, manejar, comunicar, deslocar, isto é acessibilidade. Inclusão é a convivialidade em si, dimensão da internalidade já em processo, já conquistada, já revelando a complexidade das diferenças quando juntas. É intervenção permanente no todo.

Dessa forma, acesso e acessibilidade nem sempre podem ser interpretados como condições para que a inclusão social ocorra. "Acesso parece significar o *processo* para atingir algo. O termo acesso significa a *necessidade de luta* para alcançar um objetivo. Parece estar também relacionado à questão da atitude em relação à exclusão" (Manzini, 2005, p. 31).

A inclusão social deve ser considerada com base no próprio meio social e não somente nas condições de acessibilidade. Tais condições devem refletir as políticas das estruturas administrativas, de forma a estimular diversos setores a promover a inclusão no ambiente de trabalho, nos produtos, serviços e nas relações pessoais e interpessoais (Sousa, 2016).

Assim, consideramos a acessibilidade como "a capacidade de um produto se comunicar com seus usuários" (Brenda Silva; Girão, 2022, p. 5), ou seja, a capacidade de acesso à informação a quem dela necessite, permitindo acesso ao conteúdo dos documentos.

Quanto à inclusão em bibliotecas universitárias, trata-se de um processo que ultrapassa a integração física, incluindo a oferta de tecnologias assistivas, o acolhimento e, principalmente, o desenvolvimento do sentimento de pertença e aceitação por parte dos usuários, sobretudo das PcDs. Ou seja, perpassa pela empatia e altruísmo dos bibliotecários e de sua equipe ao lidar com os usuários,

contribuindo para integrá-los ao contexto social de forma mais natural possível (Diniz; Almeida; Furtado, 2017).

Neste estudo, adotamos o conceito de Silva e Spudeit (2021, p. 7) que definem inclusão como um "processo que contribui para a construção de uma sociedade com garantias de realização dos direitos humanos a todos os cidadãos, ou seja, garante o acesso a todos os ambientes, recursos, serviços e qualquer ação ou atividade realizada pela e na sociedade".

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) firmou 17 objetivos de desenvolvimento sustentável global para o plano de ação da Agenda 2030 que reforça a necessidade de "uma educação inclusiva e de qualidade, destacando a aprendizagem ao longo da vida como mecanismo para sistemas equitativos de educação" (Teixeira *et al.*, 2017, p. 336). Dentro da Agenda 2030, Arlete Silva (2019) destaca o objetivo 16 que apresenta o intuito de promover acesso à justiça para todos e a criação de instituições inclusivas em todos os níveis, e o item 16.10 que orienta para assegurar o acesso público à informação: "Para as bibliotecas, esses objetivos contribuem para o desenvolvimento e implementação de estratégias para eliminar barreiras de acesso à informação para pessoas com deficiência" (Arlete Silva, 2019, p. 11).

Dessa forma, como mediadora para acesso à informação e ao conhecimento, a biblioteca universitária exerce importante papel para inclusão das PcDs, pois tem a função de desenvolver a aprendizagem no contexto acadêmico e apresenta potencial para o enfrentamento à vulnerabilidade social: "[...] a competência em informação também é um agente facilitador para a promoção da educação e aprendizado ao longo da vida dos grupos menos favorecidos, dentre eles as pessoas com deficiência" (Teixeira *et al.*, 2017, p.

342).

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A JUSTIÇA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Embora o tema da CoInfo seja investigado em âmbito mundial desde 1974, tendo como um dos marcos o estudo de Paul Zurkowski, no Brasil as discussões tiveram maior ênfase a partir dos anos 2000 e, desde então, várias declarações e manifestações históricas em prol da CoInfo mostram a importância dos seus programas para o processo de inclusão social (Arlete Silva, 2019; Brito; Vitorino, 2019).

De acordo com Arlete Silva (2019, p. 103) a CoInfo é um processo de aprendizagem "que busca desenvolver habilidades e conhecimentos específicos, tanto do mediador como do utilizador sobre o acesso, uso e compreensão da informação no contexto do processo de inclusão e acessibilidade", o que torna relevante pensar em ações para o desenvolvimento da CoInfo das PcDs, de modo a contribuir para garantia do exercício da cidadania através da aprendizagem voltada para o acesso e o uso crítico, reflexivo e responsável da informação.

Brito e Vitorino (2019) definem a CoInfo a partir de suas dimensões, classificando-as em **técnica** no que se refere ao domínio dos recursos informacionais para resolução de problemas, **estética** ligada à criação e inovação, **ética** relacionada ao pensamento crítico e ao uso ético da informação e **política** como instrumento de emancipação e cidadania. Estabelecem conexões entre as dimensões da CoInfo e as vulnerabilidades em comunidades,

que são em geral, cumulativas.

Atualmente Alves (2023, p. 109-110) apresenta uma interpretação ampliada do conceito, trazendo a CoInfo como resultado de um processo de educação em informação, e em consonância com aspectos de justiça social, direitos humanos, emancipação social, desinformação, epistemicídio e saúde:

> A Educação em Informação é um processo de ensino-aprendizagem no qual a pessoa desenvolve competências necessárias para lidar corretamente com a informação, em diferentes mídias e formatos, de maneira ética, responsável e crítica, além de usá-la para o combate de problemas informacionais, como a desinformação. Em nossa análise, consideramos a CoInfo como resultado deste processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva de ensinar a utilizar e compreender a informação, ou seja, a entender a sua própria necessidade, localizar e selecionar corretamente, avaliar criticamente, recuperar, organizar, produzir e compartilhar com efetividade, gerando novos conhecimentos e novas necessidades informacionais. O processo de desenvolvimento da Competência em Informação envolve outras competências, em especial as digitais e as comunicacionais (como observado por quem estuda infocomunicação ou competência em informação e midiática Brasil), mas muitas outras podem estar associadas, fazendo que sob a alcunha de Competência em Informação se apresente uma metacompetência, pois ela depende e está intrinsecamente relacionada a estas outras diferentes competências (como por exemplo a competência leitora e o letramento em saúde). Como um processo que impacta no indivíduo e no todo a sua volta, também está ligado a justiça social, a equidade em informação e aos direitos humanos, com foco no desenvolvimento do pensamento crítico, no aprendizado ao longo da vida, na independência, no papel cidadão e na emancipação social a partir do uso ético e responsável da informação.

No entanto, apesar da potencialidade da CoInfo no combate às vulnerabilidades e sua expressiva contribuição para a sociedade, Doyle (2021), Leung (2022) e Franciéle Silva *et al*. (2021) chamam a atenção para a neutralidade das práticas de educação para CoInfo: “[...] o foco na prática nos faz ignorar a ideologia por trás de nossas práticas” (Leung, 2022, p. 09). Desse modo, apontam a necessidade de ir além dos treinamentos padronizados de

forma a trabalhar o uso crítico da informação para romper estruturas coniventes com o status quo dominante, bem como falsos ideais de urgência e eficiência que podem legitimar processos de distinção e cristalizar exclusões. Para uma mudança transformadora da realidade, Melo, Alves e Brasileiro (2022) sugerem um trabalho alinhado com as teorias críticas capaz de confrontar o sistema de privilégios e repensar as estruturas de poder, proporcionando aos grupos historicamente excluídos uma ferramenta capaz de orientar suas ações de luta às relações de dominação/submissão.

De acordo com Berne *et al.* (2018, p. 230, tradução nossa) cada pessoa com deficiência tem suas complexidades e múltiplas identidades, "todos os corpos estão presos às amarras da capacidade, raça, classe, gênero, sexualidade e cidadania [...] somente o acesso universal e coletivo pode levar à libertação universal e coletiva. Isso é a Justiça para Pessoas com Deficiência".

A Justiça para Pessoas com Deficiência é um movimento social para acabar com o capacitismo e outros sistemas de opressão, em que cada corpo/mente são conhecidos em sua amplitude de pessoas completas com diferentes histórias de vida e legado de seus ancestrais que resistiram com resiliência a toda forma de opressão (Berne *et al.,* 2018). Observamos o mesmo a luz dos estudos da Justiça Social em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), vindo da esfera jurídica, mas que indica o tratamento recebido que se pressupõe ser equitativo e justo, com participação e reconhecimento na produção dos bens epistêmicos e sociais conforme aportes já desenvolvidos por Mathiesen (2015), Mehra (2015) e Franciéle Silva *et al.* (2021, 2022a, 2022b).

De acordo com Franciéle Silva *et al*. (2021) o foco principal da justiça social em BCI é a justiça para pessoas e comunidades em suas atividades como buscadores de informação, fontes de informação e como sujeitos de informação,

definida como justiça informacional e com potencial para enfraquecer sistemas de injustiça social: "a justiça informacional serve como um bom representante da justiça social porque as oportunidades de receber e compartilhar informações são meios essenciais para melhorar todos os aspectos da vida das pessoas", como indicado por Mathiesen (2015, p. 205, tradução nossa).

Como buscadores de informação, as pessoas de uma sociedade devem receber um tratamento justo com acesso equitativo aos bens e serviços de informação, denominado justiça distributiva. Como fontes de informação, as pessoas devem ter oportunidades iguais para participar nos processos de produção e comunicação de conhecimento, denominado de justiça participatória. Como sujeitos informacionais, as pessoas e comunidades precisam ser justamente representadas dentro de várias instituições culturais, cenários e contextos, denominado de justiça de reconhecimento. Dessa forma, a justiça informacional apresenta-se como elemento basilar para a consolidação da justiça social e suas ramificações, tais como a justiça de classe, a justiça racial e a justiça de gênero (Sena, 2023; Franciéle Silva *et al.*, 2021, 2022a, 2022b).

Segundo Jampel (2018), um grupo de pessoas ativistas negras, *queer* e trans com deficiência, lideraram o Movimento da Justiça para Pessoas com Deficiência desde 2005, em resposta ao:

> Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência que invisibilizou as vidas de pessoas que viviam em conjunturas de opressão interseccionalizadas - pessoas negras com deficiência, imigrantes com deficiência, queers e trans com deficiência, pessoas com deficiência que não se conformam com o gênero, pessoas com deficiência que estão desabrigadas, pessoas com deficiência que estão encarceradas, pessoas com deficiência que tiveram suas terras ancestrais roubadas, entre outros (Sins Invalid, 2016, p. 11-12 *apud* Jampel, 2018, p. 125, tradução nossa).

O Movimento da Justiça para Pessoas com Deficiência não tem o mote de depreciar o trabalho pelos Direitos das PcDs que, através do extenso aparato legal proporcionou inúmeros avanços. No entanto, considera que por muito tempo e por muitas vezes, o trabalho pelos Direitos das PcDs, contextualizado na sua época de emergência, foi extremamente burocrático e baseado numa única identidade, sem ponderar sobre outras formas de opressão: "o capacitismo, profundamente entrelaçado com o racismo, a misoginia e outras opressões, está historicamente enraizado [...]" (Hubrig, 2020, p. 144).

A seguir, um resumo dos dez princípios da Justiça para Pessoas com Deficiência apresentados por Berne *et al.* (2018), do Projeto *Sins Invalid*, que trabalha a justiça para artistas com deficiência e comunidades marginalizadas do discurso social, indo além dos direitos legais individuais.

Quadro 1 - Resumo das características dos Dez Princípios de Justiça para Pessoas com Deficiência

PRINCÍPIO	CARACTERÍSTICAS
Interseccionalidade	Cada pessoa tem múltiplas identidades, e cada identidade pode ser um local de privilégio ou opressão. A experiência da deficiência está a ser moldada pela raça, gênero, classe, momento histórico e muito mais.
Liderança dos mais impactados	Para termos a libertação devemos ser liderados por aqueles que mais conhecem estes sistemas e como funcionam.
Política anticapitalista	A natureza de nossos corpos/mentes resiste a conformar-se com um nível de produção "normativo" capitalista. O valor humano não depende do quê e quanto uma pessoa pode produzir.
Solidariedade entre movimentos	Transversal a todos os movimentos, a Justiça para Pessoas com Deficiência muda a forma como os movimentos de justiça social compreendem a deficiência e contextualizam o capacitismo.
Reconhecendo a totalidade	Valorização das pessoas tal como são, pelo que são. Cada pessoa tem um valor inerente fora das noções capitalistas de produtividade, está cheia de história e experiência de vida. PcDs são pessoas completas.

PRINCÍPIO	CARACTERÍSTICAS
Sustentabilidade	Adaptação, individual e coletiva, para sustentabilidade a longo prazo. As experiências incorporadas guiam em direção à justiça e à libertação.
Compromisso com a solidariedade entre pessoas com deficiência	Valorização dos insights e da participação dos membros da comunidade. Empenho em quebrar o isolamento capacitista/patriarcal/racista/classista das pessoas com deficiência, pois o isolamento prejudica a libertação coletiva.
Interdependência	Satisfação das necessidades uns dos outros à medida que se avança em direção à libertação, sem sempre procurar soluções estatais que possam alargar ainda mais o seu controle sobre as vidas.
Acesso coletivo	Flexibilidade e nuances criativas para interagir uns com os outros. Criar e explorar novas maneiras de fazer as coisas. Necessidades de acesso não são vergonhosas – temos capacidades que funcionam diferente.
Libertação coletiva	Movimento de pessoas com habilidades mistas, multirraciais, multigêneros, de classe mista. Nenhum corpo/mente pode ser deixado para trás.

Fonte: Elaborado pelas autoras com informações extraídas de Berne *et al.* (2018, p. 227-229)

Nessa perspectiva, estudos da área de BCI associam a CoInfo com a emancipação e justiça social, no combate às situações de vulnerabilidade, de forma a ajudar as pessoas a trabalhar com a informação em diferentes contextos, mídias, suportes, necessidades e desenvolver a experiência interior em lidar com os conteúdos informacionais de maneira crítica e reflexiva, considerando as questões éticas, legais, políticas, econômicas e sociais, visando à realização do bem comum (Alves, 2023; Franciéle Silva *et al.*, 2021). Nesse propósito, as ações de CoInfo devem ensinar a pensar no valor da informação para se viver num mundo fora da supremacia cisheteropatriarcal, confrontando cenários históricos e sociais, além de articuladas à mediação consciente, de forma a permitir a construção do espaço crítico, considerada por Cortês e Silva (2023, p. 257) como “um processo criativo de transformação de

conhecimento, que possibilita às pessoas envolvidas a problematização, o desenvolvimento intelectual e, consequentemente, a tomada de consciência", contribuindo para o posicionamento político e protagonismo social a partir do contato com informações do universo coletivo que possibilita a construção de um conhecimento individual.

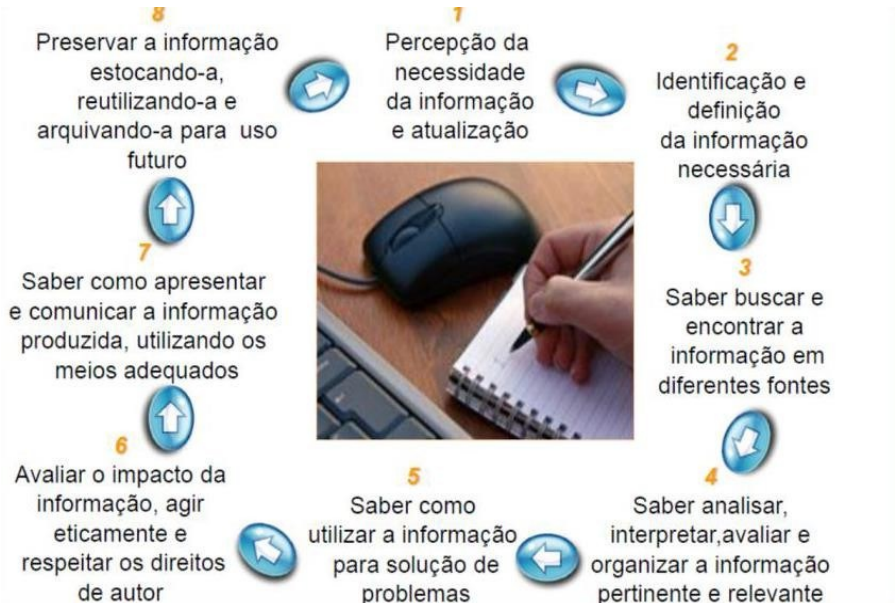
Nesse sentido, as bibliotecas universitárias têm a missão de contribuir com a Justiça para Pessoas com Deficiência ao procurar satisfazer suas demandas informacionais permitindo a resolução de problemas de maneira consciente, sem perder o protagonismo de suas vidas.

5 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As bibliotecas universitárias desempenham papel imprescindível na inclusão e permanência dos alunos com deficiência no contexto acadêmico. Para tanto, são necessárias estratégias voltadas para a acessibilidade arquitetônica, que garantam o livre acesso aos espaços da biblioteca; para a acessibilidade atitudinal, com a eliminação de estigmas, preconceitos e atitudes negativas; e para a acessibilidade informacional, incluindo o uso das tecnologias assistivas para acesso ao conteúdo, independentemente do suporte ou meio em que este esteja disponível; entre outras. No que diz respeito à acessibilidade informacional, a implementação de programas e ações para o desenvolvimento da CoInfo torna-se uma ferramenta importante para viabilizar o uso de informações confiáveis, possibilitando a participação efetiva na vida política e social, além de embasar o movimento de luta por transformações diante das várias formas de opressão.

Neste propósito, o modelo de Competência em Informação de Belluzzo (2018) tende a facilitar e mediar a formação de indivíduos para que saibam determinar a necessidade de informação; saibam identificar e usar as fontes informacionais; avaliem a informação segundo a relevância, objetividade, pertinência, lógica e ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos. Dessa forma, a CoInfo apresenta um ciclo próprio, descrito na figura 2, em que os estudantes universitários devem desenvolver habilidades críticas para saber determinar a natureza da sua necessidade, acessar, identificar e manusear as fontes potenciais de informação, avaliar a informação com ética e eficiência para o alcance de seus propósitos individuais e coletivos.

Figura 2 - Ciclo da Competência em Informação



Fonte: Belluzzo (2018, p. 37) adaptado de Dudziak (2001)

O ciclo da Competência em Informação proposto por Belluzzo (2018) nos leva a refletir sobre os alunos com deficiência, enquanto pesquisadores, que

buscam contribuir para a produção de conhecimento, fortalecendo o movimento de luta pelos seus direitos e pelo protagonismo de suas vidas. Qual o lugar ocupado pelas pessoas com deficiência no processo de produção científica? Cavalcanti *et al*. (2021) ressalta que inserir os alunos com deficiência no âmbito de produção científica é um importante mecanismo para potencializar sua formação, sobretudo porque submete os pesquisadores ao diálogo com as teorias, conceitos e metodologias. Nesse sentido, é essencial a criação de estratégias para facilitar o acesso dos estudantes com deficiência à produção acadêmica, eliminando barreiras na busca, acesso, uso e disseminação de informações acessíveis.

Desse modo, as bibliotecas universitárias, por meio de uma gestão inclusiva, devem atender as necessidades dos diferentes grupos da comunidade de deficientes, promovendo o diálogo desde o início, antes mesmo de projetar produtos, programas e serviços. Ou seja, é necessário ter em mente o lema das PcDs: “Nada sobre nós, sem nós”. Além disso, é importante priorizar a formação contínua, desenvolvendo a CoInfo também entre os mediadores, para que a acessibilidade e inclusão se tornem atitudes individuais, e não apenas uma exigência institucional. Deve-se, ainda, incentivar o trabalho conjunto entre profissionais da informação e gestores das instituições, a fim de desenvolver estratégias para eliminar não apenas barreiras arquitetônicas e de acesso físico, mas outras barreiras urgentes, como as injustiças sociais e informacionais (Silva; Spudeit, 2021; Franciéle Silva *et al*., 2021, 2022).

5.1 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR

Para que a CoInfo possa ser implementada em bibliotecas por meio de programas torna-se essencial o apoio de bibliotecários como mediadores.

Dessa forma, compreendemos a CoInfo e a mediação da informação como indissociáveis, pois ambas são "[...] ações de interferência realizadas por mediadores no processo de ensino-aprendizagem de competências e habilidades informacionais [...]" (Belluzzo; Santos; Almeida Júnior, 2014, p. 67). São processos que, através da interação entre mediador e mediado, ativam a construção do conhecimento pelo mediado, proporcionando-lhe uma postura crítica, reflexiva e autônoma frente à pesquisa.

Santos Neto e Almeida Júnior (2015, p. 363) compreendem a mediação da informação como toda interferência realizada pelo profissional da informação que propicia a apropriação da informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade de informação. Além disso, deixam explícito que, para desenvolver a CoInfo de outros, o bibliotecário deve desenvolver sua própria competência a fim de interferir em todos os processos informacionais, pois "ser mediador consiste em saber ser, saber fazer e saber como fazer".

A definição dos autores deixa claro que a mediação da informação não se trata de uma ação passiva, mas uma ação de interferência que acompanha todo o fazer do bibliotecário, fundamental em todos os serviços e produtos informacionais. Ainda que a mediação seja mais visível nos serviços finais, ela está presente desde o planejamento e definição das ações até o momento em que o usuário tem contato com o material da biblioteca, envolvendo atividades como a classificação e catalogação. A mediação, portanto, não deve ser neutra e imparcial, mas intencional a ponto do profissional da informação se posicionar perante a sociedade.

De acordo com Brenda Silva e Girão (2022, p. 8-9), para que haja condições de desenvolvimento da CoInfo é essencial a participação do mediador trabalhando para desenvoltura das PcDs nos ambientes concernentes aos

conteúdos informacionais. Para a formação da aprendizagem, os autores entendem que é preciso intervir e apresentam alguns níveis de mediação adaptados de forma a acolher as PcDs:

1. Organizador: No momento de operar o sistema, é sugerido que o mediador possa ter entendimento se a arquitetura de informação permite uma navegação amigável, se há respeito quanto às diretrizes de acessibilidade e se o sistema está estruturado de maneira que permita uma navegação profícua;
2. Localizador: Para localizar a informação e responder com acerácea o nosso indivíduo, é preciso que o mediador compreenda como o deficiente visual percebe o sistema, organização da informação;
3. Identificador: Para identificar fontes que atendam as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual faz-se necessário entender que tipo de fontes são acessíveis, quais são as mais usadas, que competências o usuário tem e quais ele pode desenvolver a curto e longo prazo;
4. Conselheiro: Tendo desenvoltura nas suas próprias competências, o profissional da informação (mediador) se antecipa ao problema e pode recomendar fontes para sanar lacunas informacionais dos deficientes visuais;
5. Tutor: É o somatório de todas as etapas anteriores, na qual o mediador que já entendeu a questão e ajudará a sanar o problema informacional, sugere fontes ou oferece meios de busca no sistema (explicando o funcionamento, se necessário).

Dessa forma, o profissional da informação planeja sistemas e serviços de informação, trata e representa a informação, organizando suportes quanto aos formatos e a estrutura arquitetônica local permitindo a apropriação do espaço e a independência frente aos dispositivos, o ciberespaço e as mídias de um modo geral. Cortês e Silva (2023) também fazem apontamentos relevantes com relação à mediação consciente, a qual permite a construção do espaço crítico e estimula o processo criativo de transformação, possibilitando às pessoas envolvidas a problematização, o desenvolvimento intelectual e tomada de consciência que pode apoiar à apropriação das informações mediadas e

contribuir para o posicionamento político e protagonismo social, a partir do contato com informações do universo coletivo que leva à construção de um conhecimento individual. Além disso, consideram que a atuação do profissional da informação, sob o prisma da interseccionalidade, fornece subsídios para mobilizarmos práticas de resistência no que tange a ressignificação dos regimes de poder racistas, capitalistas e cisheteropatriarcais.

Diante do arcabouço teórico apresentado, as bibliotecas universitárias e os mediadores da informação desempenham um papel importante para promulgação de mudanças sociais, permitindo a construção do pensamento crítico frente as estruturas de poder que permeiam o nosso cotidiano, abrindo caminhos para ações de luta que possam garantir acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência com participação plena e desenvolvimento de seu potencial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, observou-se que os autores da área de BCI discutem a temática da Justiça para Pessoas com Deficiência como uma vertente da justiça social e reconhecem a importância da CoInfo no enfrentamento das vulnerabilidades das PcDs e suas interseccionalidades. Programas e ações de CoInfo apresentam como ferramentas potenciais para formação contínua de bibliotecários e dos alunos com deficiência no âmbito da produção científica, impulsionando o movimento de luta das pessoas com deficiência e viabilizando sua participação ativa. Tais iniciativas promovem o acesso e o uso de informações confiáveis, além de contribuir para a produção e divulgação de conhecimento, tanto individual quanto coletivo, de forma a mudar realidades, resistir e combater às diversas formas de opressão. Nesse contexto, o

bibliotecário desempenha papel fundamental enquanto mediador, no processo de ensino-aprendizagem e tem a missão de intervir na criação de ambientes acessíveis e acolhedores para todos os usuários.

Por fim, os objetivos propostos foram alcançados ao analisar a relação entre a CoInfo e a Justiça para Pessoas com Deficiência, de modo a contribuir para inclusão e acessibilidade em bibliotecas universitárias. Ademais, sugere-se a realização de novas pesquisas para identificar e propor ações de Educação em Informação em consonância com os princípios da Justiça para Pessoas com Deficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. Competência em informação: ativo para uma sociedade em constante transformação digital. **Revista Código 31**, Belo Horizonte, p. 103-111, jul./dez. 2023. Disponível em: http://revista.fumec.br/index.php/codigo31/article/view/9785. Acesso em: 20 jun. 2024.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em Informação: cenários e espectros. **Memória e Informação**, v. 2, n. 1, p. 29-50, jan./jun. 2018. Disponível em: https://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2018/11/coinfo-regina-belluzzo-casa-de- rui-barbosa-2017.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos.; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2018/11/coinfo-regina-belluzzo-et- al-2014.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

BERNE, Patricia *et al*. Ten principles of disability justice. **Women´s Studies Quarterly**, v. 46, n. 1-2, p. 227-230, Spring/Summer, 2018. Disponível em:

https://muse.jhu.edu/pub/90/article/690824/summary. Acesso em: 26 abr. 2024.

BOLT, Nancy. It Starts at the Top: The Role of Leadership and Management in an Accessible and Inclusive Library. *In:* IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS (WLIC), 88., 2023. **Proceedings** [...] Rotterdam: IFLA, 2023. p. 01-12. Disponível em: https://repository.ifla.org/server/api/core/bitstreams/5524e6af-11a5-45b5-817b-bc15972278fc/content. Acesso em: 10 jun. 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 de 5 de outubro de 1988**. 37 ed. Alexandre de Moraes (org.). São Paulo, Atlas, 2013. 482 p.

BRASIL. **Decreto 9.522 de 8 de outubro de 2018**. Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse estatística da educação superior 2022.** Brasília: Inep, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao. Acesso em: 13 out. 2023.

BRITO, Tânia Regina de; VITORINO, Elizete Vieira. A multidimensionalidade da competência em informação num contexto de vulnerabilidade social: narrativas em foco. **Biblios**, Peru, n. 76, 2019. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/150988. Acesso em: 01 maio 2023.

CAVALCANTI, José Eduardo *et al*. Diários de bordo de um jovem pesquisador com deficiência visual: desafios e possibilidades no exercício de produção científica. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 4., 2021, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81757. Acesso em: 18 fev. 2025.

CORTÊS, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. Feminismo Negro, interseccionalidade e mediação da informação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 242-268, maio/ago. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/1185. Acesso em: 16 set. 2024.

DALL'AGNOL, Talita Cazassus. Conheça o modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência. **Diário da Inclusão Social**, 2018. Disponível em: https://diariodainclusaosocial.com/2018/04/26/conheca-o-modelo-de-avaliacao-biopsicossocial-da-pessoa-com-deficiencia/. Acesso em: 06 fev. 2025.

DINIZ, Izabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia. Bibliotecas universitárias inclusivas: acessibilidade e oportunidades para os usuários com necessidades especiais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*s.l.*], v. 13, n. esp., p. 1758-1780, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/881/907. Acesso em: 20 out. 2024.

DOYLE, Andréa. **Competências em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero**: práticas de ensino críticas. 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola da Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). **Acessibilidade na comunicação**: módulo 1: conceito biopsicossocial, terminologia e demografia da pessoa com deficiência. Brasília: Enap, 2021.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação inclusiva: diferença entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, p. 1-16, abr., 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/VqdK7vhZtZMDtp6j5gLbfwv/?format=pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

HUBRIG, Adam. “We Move Together:” Reckoning with Disability Justice in Community Literacy Studies. **Community Literacy Journal**, v. 14, n. 2, p. 144-153, Spring, 2020. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/152/article/772126/summary. Acesso em: 15 jun. 2024.

IBGE. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 32 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_ informativo.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

IFLA. Section Library Services to People with Special Needs. **Library Services to People with Special Needs Section Newsletter**, Nov. 2023. Disponível em: https://repository.ifla.org/handle/123456789/3098. Acesso em: 04 jun. 2024.

JAMPEL, Catarina. Intersections of disability justice, racial justice and environmental justice, **Environmental Sociology**, v. 4, n. 1, p. 122-135, Jan. 2018. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23251042.2018.1424497. Acesso em: 18 jun. 2024.

LEUNG, Sofia. The Futility of Information Literacy & EDI: Toward What? **College, Researche & Libraries**, [*S. l.*]. v. 83, n. 5, 2002. Disponível em: https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/25579/33486. Acesso em: 4 abr. 2023.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 10 n .2, p. 28-36, jan./jun. 2017. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029. Acesso em: 19 set. 2024

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, p. 31-36, dez., 2005. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Inclus%C3%A3o-e-Acessibilidade.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, Illinois v. 64, n. 2, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1353/lib.2015.00 44. Acesso em: 4 abr.

2023.

MEHRA, Bharat. Social Justice in Library and Information Science and Services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 179-197, 2015. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/89744. Acesso em: 20 jun. 2024.

MELLO, Daniella Alves de; ALVES, Edvaldo Carvalho Alves; BRASILEIRO, Fellipe Sá Brasileiro. A competência crítica em informação e o enfrentamento às desigualdades de gênero. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (org.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. 274 p.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A competência em informação e o bibliotecário mediador da informação na biblioteca universitária. *In*: BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. cap. 12, p. 359-376.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SENA, Priscila Machado Borges. Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em ciência da informação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, Dossiê Especial, p. 1-18, maio. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eb/a/jhmxztjVHg4nZY3YvpcHLhM/. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, Arlete Ferreira da. **Proposta de um programa para desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas universitárias para estudantes cegos**. Orientadora: Daniela Spudeit. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Arlete_Ferreira_da_Silva_15724381520282_1438.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

SILVA, Arlete Ferreira; SPUDEIT, Daniela. A oferta de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-27, 2021.

Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/164875. Acesso em: 14 out. 2022.

SILVA, Brenda de Souza; GIRÃO, Igor Peixoto Torres. Competências informacionais e midiáticas do deficiente visual: o profissional da informação como mediador. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2022. p. 1-13. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2604/2500. Acesso em: 3 abr. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da *et al*. Justiça e população negra: um olhar teórico-crítico para a competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 129-162, abr./jun. 2022a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/xbtGJNqDyQM4kpyRtKCQ3fH/. Acesso em: 09 out. 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da *et al*. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ANCIB, 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da *et al*. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2022b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368569818_Construindo_caminhos_delineando_os_principios_da_justica_informacional. Acesso em: 10 out. 2024.

SOUSA, Clemilda dos Santos. **Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da educação inclusiva**. Orientadora: Eloisa Maia Vidal. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

TEIXEIRA, Lilian Aguilar *et al*. Políticas de inclusão de acessibilidade para a promoção da competência em informação: um olhar para a Biblioteca Central da UFMS. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...] Fortaleza: CBBD, 2017. p. 331-352. Disponível em:

https://cip.brapci.inf.br//download/1409. Acesso em: 03 jun. 2024.

UNITED NATIONS. **Convention on the rights of persons with disabilities**. Sixty-first session of the General Assembly by resolution A/RES/61/106. 12 Dec. 2006. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-persons- disabilities. Acesso em: 30 dez. 2024.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

tpbci@ancib.org @anciboficial